

- COMUNICABILIDADE DA INFORMAÇÃO –

▪ PROCESSOS INDIVIDUAIS DE PESSOAL

Na consulta dos Processos Individuais de Pessoal podem ser analisados e/ou recolhidos os seguintes dados, que não são dados de natureza pessoal ou nominativos, tais como:

1. Nomes dos titulares dos processos e dos seus ascendentes;
2. Data de nascimento;
3. Naturalidade;
4. Registos relativos às funções e cargos desempenhados, às datas de posse, a diplomas de provimento;
5. Certificados de frequência de cursos de formação;
6. Registos de assiduidade;
7. Formas de mobilidade;
8. Louvores.

Na consulta dos Processos Individuais de Pessoal não podem ser analisados e/ou recolhidos os seguintes dados, porque são dados de natureza pessoal ou nominativos, tais como:

1. Dados genéticos;
2. Dados de saúde;
3. Dados reveladores da vida sexual;
4. Dados reveladores de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais;
5. Dados reveladores de opiniões negativas sobre a pessoa em apreço como, por exemplo, as expressas em classificações, em processos de averiguações, de inquérito e/ou disciplinares;
6. Dados que traduzam descontos no vencimento auferido desde que não sejam feitos *ope legis*, isto é, porque a lei geral assim o determina, mas *ope voluntatis*, ou seja, na sequência de decisão judicial;
7. Todos os dados que, depois de conhecidos por terceiros, signifiquem invasão da reserva da intimidade da vida privada (por exemplo: os que se reportem à condição de filho nascido fora do casamento).

OBRIGATÓRIA A DECLARAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE
DOS DADOS

http://sigarra.up.pt/reitoria/conteudos_geral.conteudos_ver?pct_pag_id=1190&pct_para metros=p_unidade=223&pct_disciplina=&pct_grupo=2506#2506

▪ **PROCESSOS INDIVIDUAIS DE PESSOAL – Informações Úteis**

- O processo individual dos funcionários ou agentes é constituído pelo arquivo, levado a cabo pelo departamento respectivo e diz respeito aos factos da vida funcional dos mesmos e a outros dados com interesse para o serviço, relevantes positiva ou negativamente.

Trata-se, pois, de um conjunto de documentos de natureza diversificada, resultante da relação jurídica de emprego público.

- Os Processos Individuais de Pessoal (ou de Trabalho) comportam, em regra, documentos administrativos de carácter não nominativo (v.g. diplomas de provimento, certificados de frequência de cursos de formação e registos de assiduidade), em relação aos quais não há qualquer reserva de acesso.
- A LADA dispõe, ainda, no nº 2 do artigo 17º, que os dados pessoais podem ser comunicados a terceiros decorridos que sejam 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os documentos ou, não sendo esta data conhecida, decorridos 75 anos sobre a data dos documentos.

Significa isto que, mesmo quando se entenda que um determinado documento é, nos termos da LADA, um documento nominativo, será possível, em razão do decurso do tempo, um acesso generalizado ao mesmo. É que, vigorando, por imperativo constitucional, o referido princípio da administração aberta, não pode haver, ad aeternum, documentos a que não se possa aceder. Haverá, sim, documentos de acesso imediato e outros cujo conhecimento é diferido, por um período mais ou menos dilatado; e, decorrido esse período, o acesso é livre e independente da obtenção de um parecer favorável da CADA.

- A Comissão Nacional de Protecção de Dados (Lei nº 67/98, de 26 de Outubro) tem uma interpretação diferente a este respeito, mais restritiva no que respeita à comunicação do que considera serem *dados pessoais*: enquanto que a LPDP (Lei de protecção de Dados Pessoais) considera o nome, a morada e o número de telefone como sendo dados nominativos e, por consequência, confidenciais, a LADA tutela tão-somente a *reserva da intimidade da vida privada*. Assim sendo, de harmonia com esta lei, nem o nome, nem a morada, nem o número de telefone são considerados dados pessoais: sendo, embora, do domínio da vida privada de um indivíduo, defendendo que nenhum deles integra o núcleo essencial da sua privacidade, isto é, que nenhum deles cabe no âmbito da *reserva da intimidade da sua vida privada*. O raciocínio é o seguinte: dar a conhecer tais elementos nada dirá sobre "*o modo de ser da pessoa*", nada dirá que deva ser preservado ou excluído do conhecimento por terceiros, como, por exemplo, o deverão ser as "*experiências, lutas e paixões pessoais que lhe estão intimamente ligadas*". Deste modo, qualquer documento que os refira será, para efeitos da aplicação da LADA, um documento administrativo, sem conteúdo nominativo, pelo que não existirá qualquer obstáculo ao seu acesso por terceiros (sejam eles particulares, sejam entes públicos).

- É este pensamento que, aliás, parece decorrer do artigo 268º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, disposição que consagra o princípio da administração aberta, de que a LADA constitui um desenvolvimento normativo. É o seguinte o teor do preceito citado:

Os cidadãos têm (...) o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas."

www.cada.pt/

www.cnpd.pt/